

## **Aula 02 - Prof. Túlio Lages**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Legislação - 2025  
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo  
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa  
Lopes, Tulio Lages, Bruno  
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**  
03 de Junho de 2025  
**Manzato Moises**

# Índice

1) Simulado - Acesso à Informação - ME .....	3
2) Simulado - LGPD - ME .....	16



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	5
Referências Bibliográficas .....	13

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

[Acesso à informação](#)

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):**

**I - Informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.**

**II - Primariedade refere-se à qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível e com o mínimo de modificações.**

**III - Integridade refere-se à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.**

**IV - Autenticidade refere-se à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida e recebida, sem modificação, por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.**

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e IV



e) I, III e IV

**2) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):**

**I - O acesso à informação engloba informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.**

**II - O acesso à informação engloba informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, exceto prestações de contas relativas a exercícios anteriores.**

**III - A Lei 12.527/2011 libera o acesso as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.**

**IV - Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.**

**V - Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente, após decurso de 3 dias do informativo, a abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.**

a) Apenas um item está correto

b) Apenas dois itens estão corretos

c) Apenas três itens estão corretos

d) Apenas quatro itens estão corretos

e) Todos os itens estão corretos

**3) De acordo com os seus conhecimentos sobre o pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades que trata a Lei 12.527/2011, assinale a única alternativa correta.**

a) Para o acesso a informações de interesse público, a clara especificação da informação requerida e a identificação do requerente é obrigatória, podendo conter exigências que inviabilizem a solicitação.

b) Os órgãos e entidades do poder público podem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

c) É obrigatório o informe, pelo interessado, dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.



d) Em regra, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato a informação disponível.

e) O serviço de busca e fornecimento da informação será sempre gratuito.

**4) De acordo com os seus conhecimentos sobre o acesso a informações aos órgãos e entidades que trata a Lei 12.527/2011, assinale a única alternativa incorreta.**

a) Não sendo possível conceder o acesso imediato ao interessado em virtude de recusa do pedido, o órgão ou entidade pública consultada deverá, em prazo não superior a 20 dias, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.

b) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 20 dias a contar da sua ciência.

c) O recurso contra indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

d) O recurso contra indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

e) Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

**5) Quanto as restrições de acesso as informações, assinale a única alternativa incorreta:**

a) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

b) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

c) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

d) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.



e) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.



## GABARITO

1. C	2. B	3. D	4. B	5. D
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

1) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

I - Informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

II - Primariedade refere-se à qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível e com o mínimo de modificações.

III - Integridade refere-se à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

IV - Autenticidade refere-se à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida e recebida, sem modificação, por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e IV
- e) I, III e IV

### Comentários:

Item I - correto. A assertiva está de acordo com o art. 4º, inciso IV, da Lei 12.527/2011.

*Art. 4º, IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;*

Item II - incorreto. De acordo com o art. 4º, inciso IX, da Lei 12.527/2011, a primariedade refere-se à qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível e SEM modificações, o que torna o item incorreto.

*Art. 4º, IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.*



Item III - correto. A assertiva está de acordo com o art. 4º, inciso VIII, da Lei 12.527/2011.

*Art. 4º, VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;*

Item IV - incorreto. De acordo com o art. 4º, inciso VII, da Lei 12.527/2011, autenticidade refere-se à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida OU MODIFICADA por determinado indivíduo, equipamento ou sistema, o que torna o item incorreto.

*Art. 4º, VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;*

**Gabarito: letra C.**

**2) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):**

**I - O acesso à informação engloba informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.**

**II - O acesso à informação engloba informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, exceto prestações de contas relativas a exercícios anteriores.**

**III - A Lei 12.527/2011 libera o acesso as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.**

**IV - Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.**

**V - Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente, após decurso de 3 dias do informativo, a abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.**

- a) Apenas um item está correto
- b) Apenas dois itens estão corretos
- c) Apenas três itens estão corretos
- d) Apenas quatro itens estão corretos
- e) Todos os itens estão corretos

**Comentários:**





Item I - correto. A assertiva está de acordo com o art. 7º, inciso VII, alínea "a", da Lei 12.527/2011.

*Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:*

*(...)*

*VII - informação relativa:*

*a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;*

*(...)*

Item II - incorreto. Há erro na assertiva, pois, também deverão ser objeto de acesso informações relativas às prestações de contas de exercícios anteriores.

*Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:*

*(...)*

*VII - informação relativa:*

*(...)*

*b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, **incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.***

Item III - incorreto. Há erro na assertiva, pois, as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado não devem ter seu acesso liberado com base na Lei 12.527/2011.

*Art. 7º, § 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.*

Item IV - correta. A assertiva está de acordo com o art. 7º, § 2º, da Lei 12.527/2011.

*Art. 7º, § 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.*

Item V - incorreta. Há erro na assertiva, pois, conforme o art. 7º, § 5º, da Lei 12.527/2011, o interessado poderá requerer à autoridade competente a IMEDIATA abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da documentação solicitada.

*Art. 7º, § 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.*



**Gabarito: letra B.**

**3) De acordo com os seus conhecimentos sobre o pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades que trata a Lei 12.527/2011, assinale a única alternativa correta.**

- a) Para o acesso a informações de interesse público, a clara especificação da informação requerida e a identificação do requerente é obrigatória, podendo conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- b) Os órgãos e entidades do poder público podem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
- c) É obrigatório o informe, pelo interessado, dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- d) Em regra, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.
- e) O serviço de busca e fornecimento da informação será sempre gratuito.

**Comentários:**

Letra A - incorreta. Há erro na assertiva, pois, apesar de qualquer interessado poder apresentar pedido de acesso a informação, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida, é VEDADO que a identificação do requerente contenha exigências que inviabilizem a solicitação, conforme o art. 10, § 1º, da Lei 12.527/2011.

*Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.*

*§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.*

Letra B - incorreta. Há erro na assertiva, pois, de acordo com o art. 10, § 2º, da Lei 12.527/2011, é obrigatório que os órgãos e entidades do poder público viabilizem alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

*Art. 10, § 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.*

Letra C - incorreta. Há erro na assertiva, pois, de acordo com o art. 10, § 3º, da Lei 12.527/2011, são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público pelo interessado.

*Art. 10, § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.*



Letra D - correta. A assertiva está de acordo com o art. 11 da Lei 12.527/2011.

*Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.*

Letra E - incorreta. Há erro na assertiva, pois, conforme o art. 12 da Lei 12.527/2011, há uma exceção quanto ao serviço de busca e fornecimento gratuito da informação: nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

*Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.*

**Gabarito: letra D.**

**4) De acordo com os seus conhecimentos sobre o acesso a informações aos órgãos e entidades que trata a Lei 12.527/2011, assinale a única alternativa incorreta.**

- a) Não sendo possível conceder o acesso imediato ao interessado em virtude de recusa do pedido, o órgão ou entidade pública consultada deverá, em prazo não superior a 20 dias, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.
- b) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 20 dias a contar da sua ciência.
- c) O recurso contra indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) O recurso contra indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.
- e) Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

**Comentários:**

Letra A - correta. A assertiva está de acordo com o art. 11, § 1º, da Lei 12.527/2011:

*Art. 11, § 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:*



*I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;*

*II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou*

*III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.*

Letra B - incorreta. Há erro na assertiva, pois, de acordo com o art. 15 da Lei 12.527/2011, o prazo para interpor recurso contra a decisão de indeferimento de acesso à informação ou de informe das razões de negativa de acesso, é de 10 dias contados da ciência do interessado.

*Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.*

Letra C - correta. A assertiva está de acordo com o art. 15, parágrafo único, da Lei 12.527/2011:

*Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.*

*Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias*

Letra D - correta. A assertiva está de acordo com o art. 16 da Lei 12.527/2011:

*Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:*

*I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;*

*II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;*

*III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e*

*IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.*

*§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.*

Letra E - correta. A assertiva está de acordo com o art. 19, § 2º, da Lei 12.527/2011.



*Art. 19, § 2º Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.*

**Gabarito: letra B.**

**5) Quanto as restrições de acesso as informações, assinale a única alternativa incorreta:**

- a) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- b) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- c) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
- d) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- e) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

**Comentários:**

Letra A - correta. A assertiva está de acordo com o art. 21, *caput*, da Lei 12.527/2011.

*Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.*

Letra B - correta. A assertiva está de acordo com o art. 21, parágrafo único, da Lei 12.527/2011.

*Art. 21, Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.*

Letra C- correta. A assertiva está de acordo com o art. 24, *caput*, da Lei 12.527/2011.

*Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.*



Letra D - incorreta. Há erro na assertiva, pois, conforme o art. 24, § 2º, da Lei 12.527/2011, as informações serão classificadas como reservadas, e não ultrassecretas.

*Art. 24, § 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.*

Letra E - correta. A assertiva está de acordo com o art. 24, § 4º, da Lei 12.527/2011.

*Art. 24, § 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.*

**Gabarito: letra D.**

....

Forte abraço!

**Túlio Lages**



**Face:** [www.facebook.com/proftuliolages](http://www.facebook.com/proftuliolages)

**Insta:** [www.instagram.com/proftuliolages](http://www.instagram.com/proftuliolages)

**YouTube:** [youtube.com/proftuliolages](http://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.





## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	12

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Lei geral de proteção de dados.

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) Sobre as sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento de dados, e de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta.**

- a) Ficam sujeitos à multa simples, de até 5% (cinco por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos.
- b) Ficam sujeitos à multa diária, observado o limite de cinquenta milhões de reais.
- c) Ficam sujeitos ao bloqueio de dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.
- d) Ficam sujeitos à suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses.
- e) Ficam sujeitos à advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.

**2) De acordo com a segurança e o sigilo dos dados, previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta.**

- a) O controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.





- b) A comunicação do controlador à autoridade nacional será feita em prazo razoável, conforme definido pela autoridade nacional, e deverá mencionar a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial.
- c) Os sistemas utilizados para o tratamento de dados pessoais devem ser estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança.
- d) Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito
- e) A autoridade nacional verificará a gravidade do incidente e deverá determinar ao controlador a adoção de providências, tais como a ampla divulgação do fato em meios de comunicação e medidas para reverter ou mitigar os efeitos do incidente.

**3) De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta:**

- a) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico ou artístico.
- b) A LGPD aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados e desde que os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.
- c) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública.
- d) A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.
- e) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e econômicos.

**4) De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta:**

- a) O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.



- b) As informações sobre o tratamento de dados de crianças e adolescentes deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível
- c) O consentimento fornecido pelo titular, para o tratamento de dados pessoais, deverá ser realizado apenas na modalidade escrita.
- d) O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas.
- e) A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado e poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da LGPD.

**5) De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta:**

- a) a autoridade nacional poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.
- b) os atos realizados por organismo de certificação poderão ser revistos pela autoridade nacional e, caso em desconformidade com esta Lei, submetidos a revisão ou anulados.
- c) O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.
- d) a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e sempre dependerá de consentimento do titular.
- e) O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.



## GABARITO

1. A	2. E	3. E	4. C	5. D
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

1) Sobre as sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento de dados, e de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta.

- a) Ficam sujeitos à multa simples, de até 5% (cinco por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos.
- b) Ficam sujeitos à multa diária, observado o limite de cinquenta milhões de reais.
- c) Ficam sujeitos ao bloqueio de dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.
- d) Ficam sujeitos à suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses.
- e) Ficam sujeitos à advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.

Comentários:

Gabarito Letra A.

Letra A - a assertiva está incorreta, pois a **multa simples será de até 2% (dois por cento)**, e não de até 5%, do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos (art. 52, II).

Letra B - a assertiva está correta e de acordo com o art. 52, III, da LGPD.

*III - multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;*

Letra C - a assertiva está correta e de acordo com o art. 52, V, da LGPD.

*V - bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;*

Letra D - a assertiva está correta e de acordo com o art. 52, XI, da LGPD.

*XI - suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período;*

Letra E - a assertiva está correta e de acordo com o art. 52, I, da LGPD.



*I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;*

**2) De acordo com a segurança e o sigilo dos dados, previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta.**

- a) O controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.
- b) A comunicação do controlador à autoridade nacional será feita em prazo razoável, conforme definido pela autoridade nacional, e deverá mencionar a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial.
- c) Os sistemas utilizados para o tratamento de dados pessoais devem ser estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança.
- d) Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito
- e) A autoridade nacional verificará a gravidade do incidente e deverá determinar ao controlador a adoção de providências, tais como a ampla divulgação do fato em meios de comunicação e medidas para reverter ou mitigar os efeitos do incidente.

**Comentários:**

**Gabarito Letra E.**

Letra A - o item está correto, destacando que a comunicação será feita em prazo razoável, conforme definido pela autoridade nacional (art. 48, § 1º).

Letra B - o item está correto e descreve um dos itens que devem constar na comunicação do controlador à autoridade nacional, que são os seguintes (art. 48, § 1º):

*I - a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;*

*II - as informações sobre os titulares envolvidos;*

*III - a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;*

*IV - os riscos relacionados ao incidente;*

*V - os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e*



*VI - as medidas que toram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.*

Letra C - o item está correto, e deverão atender ainda aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos na LGPD e às demais normas regulamentares (art. 49).

Letra D - o item está correto e de acordo com o art. 46, caput, da LGPD.

*Art. 46. Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.*

Letra E - o item está incorreto, pois a autoridade nacional, ao verificar a gravidade do incidente, **poderá** determinar ao controlador a adoção de providências, caso necessário para a salvaguarda dos direitos dos titulares (art. 48, § 2º).

### 3) De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta:

- a) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico ou artístico.
- b) A LGPD aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados e desde que os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.
- c) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública.
- d) A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.
- e) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e econômicos.

#### Comentários:

Gabarito Letra E.



Letra A – a assertiva está correta e de acordo como art. 4º, I, da LGPD:

*Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:*

*(...)*

*II - realizado para fins exclusivamente:*

*a) jornalístico e artísticos; ou (...)*

Letra B – a assertiva está correta e de acordo com o art. 3º, III, da LGPD:

*Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:*

*I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;*

*II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou*

*III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.*

Letra C – a assertiva está correta e de acordo com o art. 4º, III, a, da LGPD:

*Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:*

*(...)*

*III - realizado para fins exclusivos de:*

*a) segurança pública; (...)*

Letra D – a assertiva está correta e de acordo com o art. 2º, V, da LGPD:

*Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:*

*(...)*

*V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; (...)*

Letra E – a assertiva está incorreta, pois a LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e **não-econômicos** (art. 4º, I).



*Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:*

*I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;  
(...)*

**4) De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta:**

- a) O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.
- b) As informações sobre o tratamento de dados de crianças e adolescentes deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível
- c) O consentimento fornecido pelo titular, para o tratamento de dados pessoais, deverá ser realizado apenas na modalidade escrita.
- d) O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas.
- e) A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado e poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da LGPD.

**Comentários:**

**Gabarito Letra C.**

Letra A - a assertiva está correta e de acordo com o art. 8º, § 4º da LGPD:

*§ 4º O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.*

Letra B - a assertiva está correta e de acordo com o art. 14, § 6º, da LGPD:

*§ 6º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.*





Letra C - a assertiva está incorreta pois o consentimento fornecido pelo titular, para o tratamento de dados pessoais, deverá ser fornecido **por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular** (art. 8º, caput).

Letra D - a assertiva está correta e de acordo com o art. 26, caput, da LGPD:

*Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei.*

Letra E - a assertiva está correta e de acordo com o art. 29 da LGPD:

*Art. 29. A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado e poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento desta Lei.*

## 5) De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), assinale a assertiva incorreta:

- a) a autoridade nacional poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.
- b) os atos realizados por organismo de certificação poderão ser revistos pela autoridade nacional e, caso em desconformidade com esta Lei, submetidos a revisão ou anulados.
- c) O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.
- d) a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e sempre dependerá de consentimento do titular.
- e) O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

### Comentários:

### Gabarito Letra D.

Letra A - a assertiva está correta e de acordo com o art. 32 da LGPD:





*Art. 32. A autoridade nacional poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais e sugerir a adoção de padrões e de boas práticas para os tratamentos de dados pessoais pelo Poder Público.*

Letra B - a assertiva está correta e de acordo com o art. 35, § 4º da LGPD:

*Art. 35. A definição do conteúdo de cláusulas-padrão contratuais, bem como a verificação de cláusulas contratuais específicas para uma determinada transferência, normas corporativas globais ou selos, certificados e códigos de conduta, a que se refere o inciso II do caput do art. 33 desta Lei, será realizada pela autoridade nacional.*

*(...)*

*§ 4º Os atos realizados por organismo de certificação poderão ser revistos pela autoridade nacional e, caso em desconformidade com esta Lei, submetidos a revisão ou anulados. (...)*

Letra C - a assertiva está correta e de acordo com o art. 37, da LGPD:

*Art. 37. O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.*

Letra D – a assertiva está incorreta, pois há hipóteses em que não será necessário o consentimento do titular, conforme o art. 27, incisos I a III, da LGPD:

*Art. 27. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, exceto:*

*I - nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas nesta Lei;*

*II - nos casos de uso compartilhado de dados, em que será dada publicidade nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei; ou*

*III - nas exceções constantes do § 1º do art. 26 desta Lei.*

Letra E - a assertiva está correta e de acordo com o art. 42, § 2º da LGPD:

*§ 2º O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.*



...

Forte abraço!

## Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.